

ESTUDO DE ANTROPÔNIMOS EM REGISTROS DE MATRIMÔNIOS DOS ANOS DE 1856 E 1857 NA FREGUESIA DE SÃO BRAZ DE TAPEROÁ

Mailson dos Santos LOPES.
Juliana Soledade Barbosa COELHO.

I. INTRODUÇÃO

Stat rosa pristina nomine, nomina nuda tenemus.¹
Umberto Eco

Este artigo almeja abordar a antroponímia em língua portuguesa através de registros de casamentos da *Freguesia de São Braz de Taperoá*, nos anos de 1856 e 1857, de tal forma que possa contribuir para a investigação científica dos estudos onomásticos do português no estado da Bahia e, mais especificamente, nos municípios que compreendem a região denominada *Costa do dendê*.

Buscou-se iniciar tal estudo sobre a antroponímia na cidade de Taperoá, na Bahia, em virtude de não se ter notícia da constituição de quaisquer investigações de cunho lingüístico diacrônico – e, muito provavelmente, sequer sincrônico – na já citada microrregião baiana da *Costa do dendê*, que engloba as cidades de Valença, Taperoá, Cairu, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu e Maráu. Além desse fator, outro também se mostrou preponderante para o desenvolvimento desta pesquisa: a existência de amplo material manuscrito – em especial do século XIX – contendo registros de casamentos realizados na circunscrição paroquial da *Freguesia de São Braz de Taperoá*, cuja ereção, segundo Osmar Pinheiro (1989, p. 16), ocorreu em 1º de junho de 1838, e que, segundo o mesmo autor, em 29 de maio de 1847, pela resolução nº 284, foi elevada à categoria de Vila.

O núcleo que, *a posteriori*, mais especificamente no ano de 1916, deu origem à cidade de Taperoá foi fundado em 23 de novembro de 1561, por

¹ ECO, Humberto. **O nome da rosa**. Trad. de Aurora Fornoni Bernadini. São Paulo: Nova Fronteira, 1983. Tradução: *A rosa antiga permanece no nome; nada temos além dos nomes*.

padres jesuítas, com a intenção de catequizar os indígenas daquelas plagas litorâneas, além de estabelecer a presença da colonização portuguesa naquela área. Foi batizada de *Aldeia de São Miguel de Taperoguá*, em virtude de sua fundação se estabelecer no dia do príncipe arcanjo da milícia celeste. Em um dos marcos da cidade, encontra-se o nome do missionário jesuíta Padre Luís Grã como fundador da primitiva aldeia de *Taperoguá*, o que assinala a forte presença do catolicismo naquela região desde os primórdios do período colonial, o que deve também ser considerado na investigação da *direção* que tomou a antroponímia taperoense.

Algo digno de atenção é o próprio topônimo primitivo da localidade: *Aldeia de São Miguel de Taperoguá*. Observa-se que é formado por uma combinação de nome português com um vocábulo indígena, que, segundo Osmar Pinheiro (1989, p. 15), é de origem tupi e significa “morador nas ruínas, nos destroços”. Contudo, há a hipótese de que o termo *Taperoguá* signifique “casa velha” ou ainda “saco de pedras”. A toponímia da cidade de Taperoá compreende diversos nomes de origem indígena, o que ocorre, por exemplo, com os nomes dos povoados de Camurugi, Itiúba, Muritiba; o bairro do Pituaçu; e o Rio Paripe, também conhecido como Rio do Engenho.

Osmar Pinheiro (1989, p. 14) defende que o elemento africano também foi bastante presente na realidade sociocultural taperoense – mais especificamente no século XIX – e corrobora tal idéia indicando uma inscrição presente numa lápide mortuária na lateral da Igreja de São Brás que registra a alforria de mais de cem escravos, nos seguintes termos: “Comendador Francisco Muniz de Oliva, falecido na Vila de Taperoá em 1862, deixando livres da escravidão mais de cem crioulos, que devem orar por alma do seu benfeitor.”

Tendo em vista o cenário social, histórico, cultural e religioso da outrora cognominada *Villa de Taperoá*, e constituindo o estudo no embasamento teórico oferecido pela disciplina *Onomástica da Língua Portuguesa*, este escrito buscará tecer algumas considerações gerais – principalmente de matiz sócio-histórica

– sobre o rol de antropônimos presentes no livro de registros de matrimônios realizados na Freguesia de São Braz de Taperoá nos anos de 1856 e 1857.

I. PRESSUPOSTOS E REFERENCIAIS TEÓRICOS DA PESQUISA

O presente estudo se encaixa na investigação sobre os nomes próprios, ou seja, a onomástica, ramo da lingüística cujas contribuições, segundo Stephen Ullmann (1987, p. 161), podem esclarecer muitos aspectos da história política e socioeconômica dos falantes de uma determinada língua.

A onomástica compreende duas subdivisões principais: o estudo dos nomes próprios de pessoas, denominado antroponímia; e o estudo dos nomes de lugares, ou seja, a toponímia. Segundo Maria Vicentina do Amaral Dick (1992, p. 178), enquanto os topônimos possibilitam a definição e precisão de qualquer paisagem terrestre, os antropônimos possibilitam a distinção dos indivíduos entre si, no meio social em que se encontram imersos, ao passo que possibilitam a aquisição de traços de uma personalidade construída através da nominação dos diversos membros constituintes de um núcleo social qualquer.

[...] ambos os designativos [antroponímia e toponímia] ultrapassam, em muito, a conceituação teórica que lhes é atribuída, tornando-se, nas Ciências Humanas, fontes de conhecimento tão excelentes quanto as melhores evidências documentais. São, por assim dizer, verdadeiros registros do cotidiano, manifestado nas atitudes e posturas sociais que, em certas circunstâncias, a não ser através deles, escapariam às gerações futuras.

(Amaral Dick, 1992, p. 178)

Esse excerto da obra *Toponímia e Antroponímia no Brasil*, de Maria Vicentina Amaral Dick, encaixa-se como fundamento e justificativa para a constituição deste estudo sobre a antroponímia de Taperoá nos primeiros anos da segunda metade do século XIX. Através do estudo dos nomes próprios revelam-se, muitas vezes, marcas e características sociais e culturais dos habitantes de

determinada região, o que, indubitavelmente, contribui para a investigação histórico-lingüística dos grupos sociais em questão.

Como referencial teórico basilar para esta pesquisa tem-se o já citado estudo de Maria Vicentina Amaral Dick, que apresenta os traços gerais e básicos de definição dos antropônimos e de sua função identificatória/denotativa, além de pôr em evidência a função sociocultural exercida através dos nomes próprios de pessoas. Constata-se, e.g., a presença de traços culturais na antroponímia quando se observa a forte e generalizada ocorrência de hierônimos católicos no nome de pessoas de diversos países europeus e, por extensão, nos territórios que foram colonizados por esses países ou sofreram suas influências culturais.

Além da abordagem de cunho marcadamente social e cultural presente neste artigo, também estarão presentes resquícios de natureza morfológica e etimológica, relacionados aos antropônimos mais representativos dos dados coletados nos registros de casamento do século XIX. Apesar da dificuldade para uma análise do domínio morfológico na antroponímia, o que fica explícito, e.g., na complexidade existente em se definir o que é um morfema para a antroponímia, o presente trabalho conterà algumas breves e gerais considerações conjugando a morfologia com a onomástica, baseando-se em estudos de José Lemos Monteiro (2002, p. 205-19) e Ivo Castro (1992, p. 178; 2004, p. 245-256).

Pautar-se-á também na etimologia para o esclarecimento de possíveis aspectos significativos e/ou necessários para a análise do *corpus* de nomes próprios de Taperoá do século XIX. Isso se fará, posteriormente, através da consulta ao dicionário etimológico de Nascentes (1952).

II. O MANUSCRITO TAPEROENSE: FONTE DE DADOS IMPORTANTES PARA O ESTUDO ONOMÁSTICO

Para a abordagem da antroponímia neste trabalho, constituiu-se um *corpus* a partir de registros de casamentos realizados nos anos de 1856 e 1857, contidos em um livro oficial da *Freguesia de São Brás de Taperoá*, livro este que, em sua

totalidade, contém registros do período de 1856 a 1907, e que foi redigido pelos vigários responsáveis pela atividade pastoral naquela circunscrição religiosa, e que contém a autorização e visto – firmados em 24 de novembro de 1898, numa visita pastoral à Freguesia de S. Brás de Taperoá – de Dom Jeronymo, então Arcebispo Primaz do Brasil. Entre os anos de 1856 a 1861, o vigário responsável foi o Rev. Padre José Antonio de Vasconcellos e, nos anos subseqüentes, foram vigários os sacerdotes: Pe. Antonio da Silveira Franca, Pe. Jeronymo Raviol, Pe. Firmino Álvares dos Reis, Pe. Miguel Calmon de Aragão Bulcão, Pe. Manoel Firmo da Rocha, Pe. Felisberto Caetano d’Alcântara e o Pe. José Eustychio de Lima.

A respeito deste importante trabalho de registro feito no Brasil, quase exclusivamente, durante séculos, pela Igreja Católica, afirma Salvato Claudino, em seu *Dicionário de nomes próprios*:

No início da colonização do Brasil somente foram implantados Cartórios de Registro Civil nas principais cidades onde residia a maioria dos fidalgos. Ficou, então, para os padres da Igreja Católica, principalmente os jesuítas que catequizavam pelo interior, estabelecer através dos casamentos e batizados, os nomes e sobrenomes. Porém, somente as crianças com os nomes de origem bíblica, [de] santos ou usados pelos fidalgos eram aceitos para batizar, enquanto os de procedência indígena ou negra (afro) eram aconselhados a trocar por um desses nomes mais conhecidos dentro das classes dominantes. Deve-se reconhecer, entretanto, que foi muito proveitosa a colaboração cultural da Igreja na forma da antroponímia no início da colonização do Brasil. Apesar das censuras impostas, se não houvesse os livros de registros de batizados e casamentos da Igreja Católica, muitos nomes e sobrenomes de famílias que no país habitavam teriam desaparecido no tempo e da história, já que os governantes da época tinham pouco ou nenhum interesse em saber de nomes e sobrenomes, onde e como viviam as famílias de então.

(CLAUDINO, 1996.)

A pesquisa até agora realizada debruça-se sobre os fólios de número 08 a 23 do livro manuscrito, fólios estes que abarcam os matrimônios realizados nos anos de 1856 e 1857. Este *corpus* engloba um total de 644 nomes completos de indivíduos, partícipes das cerimônias, na forma de nubentes, pais destes,

sacerdotes e testemunhas. O que aqui se denomina como *nome completo* deve ser entendido como a junção entre prenomes, ou prenomes e sobrenomes, na nomeação dos indivíduos. Ocorrem no *corpus* algumas repetições de nomes completos, o que possivelmente se justifica pelo fato de que algumas pessoas eram repetidamente testemunhas do contrato nupcial, além de haver a repetição do nome dos genitores quando foram registrados casamentos de mais de um de seus filhos.

Além de considerações englobando aspectos morfológicos e etimológicos, posteriormente também serão destacados alguns aspectos gerais que possibilitem a visualização de um quadro estatístico da ocorrência de certos nomes na antroponímia de Taperoá do século XIX, a fim de que, assim como o fez Ivo Castro em relação aos nomes próprios de S. Paulo e de Lisboa (2004, p. 245-256), possa ser estabelecido um quadro geral dos nomes próprios mais representativos do *corpus* selecionado.

Cabe salientar que o desenvolvimento desta pesquisa não se aterá a aspectos isolados referentes à análise morfológica ou à etimologia dos nomes próprios coletados. O principal objeto deste estudo é construir uma reflexão global, ainda que incipiente, sobre os principais traços representativos da antroponímia taperoense em meados do século XIX.

III. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ANTROPÔNIMOS EM REGISTROS DE 1856 E 1857 NA FREGUESIA DE SÃO BRAZ DE TAPEROÁ

A respeito dos antropônimos, uma colocação digna de encômios é a de Mattoso Câmara Jr., ao dizer que formam “[...] um campo de palavras, singularmente importante, em qualquer língua, pelas implicações sociais e culturais que contém.” (1979, p. 205).

É patente que, em muitas – talvez em todas – sociedades humanas, tanto de tempos pretéritos como da hodiernidade, a nomeação dos indivíduos vem em geral acompanhada de influências históricas, políticas ou religiosas que

permeiam as circunstâncias de tal nomeação. A respeito disso, Maria V. do Amaral Dick (1992, p. 181-2) assevera:

Os aspectos semânticos que os nomes de pessoa podem ressaltar estão ligados aos motivos que, em determinadas épocas e regiões, orientavam a criação dos antropônimos, os quais, dessa forma, se tornavam aptos a refletir os costumes das civilizações envolvidas como manifestações culturais do seu povo.

(Amaral Dick, 1992, p. 181-2)

Da grande gama de antropônimos reunidos no *corpus*, fica explícita a influência do catolicismo na nomeação dos indivíduos. A grande maioria dos prenomes são hagiônimos e muitos sobrenomes fazem referência a nomes envolvendo aspectos da vida de Cristo, de Maria, de santos, ou a aspectos da liturgia católica, tais como *Ressurreição*, *Assumpção*, *Quaresma*, *da Trindade* etc. Vejam-se os exemplos arrolados na tabela abaixo:

Tabela 1 - Amostra de prenomes e sobrenomes de matiz religiosa oriunda do Cristianismo presentes no corpus	
Prenomes	Sobrenomes
Isabel Maria	do Amor Divino
Gertrudes Maria	de São José
Maria	de São José
Rosa Francisca	de São João
José da Hora	d' Assumpção
Maria	de S. Pedro
Anna Maria	do Espírito Santo
Domingos	[Pereira] da Ressurreição
Izabel Maria	do Carmo
Romão Marcos	da Trindade
Maria Magdalena	do Amor Divino
João Manoel	de Alleluia
Maria Benedicta	dos Reis
Manoel André	dos Anjos
Serafim	dos Anjos Quaresma

João Baptista	dos Innocentes
Florência Maria	do Sacramento
Maria Egipcíaca	de São José
Salvador Francisco	de Jesús

Fonte: Elaboração própria com dados coletados em livro de registros de matrimônios da Freguesia de São Braz de Taperoá, nos anos de 1856 e 1857.

Observando o rol de nomes próprios elencados no *corpus*, verifica-se que, no séc. XIX, na antroponímia taperoense, era completamente generalizada a utilização de nomes de santos e beatos do martirólogo romano, o que pode ser justificado pela idéia de que, adotando um hagiônimo, a criança gozaria da proteção e auxílio do respectivo santo.

Aspecto que suscita reflexões é a carga de sentido religioso presente nos prenomes e sobrenomes de cunho católico. Atualmente, parece não ser automática a percepção do sentido religioso de sobrenomes como *Ramos*, *Quaresma*, *Assunção*, *Conceição* etc. Tais sobrenomes parecem ser vistos como outros quaisquer, ou seja, parecem ter perdido seu matiz religioso. Porém, no século XIX, seria também assim? Houve realmente um processo de paulatino enfraquecimento do matiz religioso nesses sobrenomes? Segundo Amaral Dick (1992, p. 201), seria essa mesma a explicação dada, já que, em sua concepção,

A moderna teoria da língua vê, atualmente, no designativo individual, uma classe meramente identificadora de indivíduos, sem o aparato circunstancial que se lhe outorgava antes.

(Amaral Dick, 1992, p. 201)

É a influência e preponderância da doutrina católica romana na região baiana estudada que hipoteticamente justifica a freqüência, nos registros, dos prenomes *Francisco* e *Francisca*, cuja ocorrência era párea com a ocorrência de prenomes como *Antonio*, *José*, *João*, *Joanna*, *Antonia*. Tal uso generalizado desses dois prenomes pode ser explicado pela constante atuação dos frades

franciscanos oriundos do Convento de Santo Antônio de Cairu, que era forte irradiador de missionários.

Os franciscanos, por sua conduta paupérrima, despojada, simples e austera, conquistavam o apreço da população, principalmente pelo ardor de *desbravadores* que possuíam. Para se ter idéia, grande parte dos matrimônios *nas matas da Freguesia de S. Braz* era realizada pelos religiosos de São Francisco, dado que os próprios registros de casamento várias vezes explicitam.

De tal forma, o patriarca da Ordem dos Frades Menores, ou seja, o *Seráfico Padre São Francisco de Assis* – como é usualmente chamado por seus filhos espirituais – conquistava devotos que, em sua honra e implorando seu patrocínio, podiam dar o nome deste santo à sua descendência.

Além do caráter religioso, outra marca presente em alguns nomes do *corpus* é a influência de personagens históricos e políticos da época ou de épocas anteriores, o que pode ser constatado através de antropônimos, tais como: *Josepha, Augusto Cesar, Bonifacio, Americo* etc.

Em relação ao próprio livro de registros de matrimônios, há um dado que pode ser de suma importância para um enfoque histórico-sociocultural: em alguns registros ocorre a identificação do status social dos partícipes da cerimônia. Ocorre, por exemplo, repetidas participações do *Alferes João Moniz de Sousa* como testemunha de casamentos, assim como pontuais participações da *Senhorinha Francisca de São José*. Há, inclusive, um registro em que há referência à cor de um dos nubentes, marcando sua condição de pele de cor parda:

No dia 24 de Novembro de 1856 n'esta Freguesia de S. Braz de Taperoá assisti perante Francisco Antonio Lisboa, solteiro, e Jerônimo André Mia Chaves e sua mulher D. Carlota Anna de Jesús, e mais circunstantes, ao casamento de Avelino de Sousa Peroba, *pardo*, com Leopoldina Maria da Lús e logo lhes lancei as bênçãos nupciais. E para constarfaço este termo em que me assigno. O Vigario José Antonio de Vasconcellos.

(Fólio 08, verso/1.31; Fólio 09, reto/1.01-08)

A respeito dos aspectos morfológicos apreendidos da observação do *corpus*, quantitativamente falando, o uso de dois ou mais prenomes associados via justaposição, como em *Estevão José, Antonia Maria, Maria Mauricia, Francisco Pedro*, por exemplo, sobrepuja amplamente o uso de prenome único, o que é raro no *corpus*. Inclusive nota-se a ocorrência de várias pessoas cujo nome era composto apenas por prenomes (geralmente duplo ou triplo), como, por exemplo, *Antonio Marcelo, Manoel Martinho, Anna Miguelina, Fillipa Francisca Geralda, Romana Maria Francisca, Alexandrina Maria Madalena* etc. Observa-se também no material analisado grande ocorrência de sobrenomes como *de São Pedro, de São José, de São João, de Santa Anna*, entre outros.

Tanto para a ocorrência de sobrenomes formados por nomes de santos como para a ocorrência de nomes completos formados apenas por prenomes justapostos (hagiônimos), uma breve conversa com a Prof.^a Dr.^a Tânia Lobo Conceição Freire incitou a hipótese de se cogitar tal fenômeno como associado à nomeação de negros – escravos ou alforriados –, aos quais eram impostos prenomes e, às vezes, sobrenomes, de matiz religioso. Tal hipótese pode ser defendida, pois se verifica que em meados do séc. XIX era significativa a população negra e escrava na região.

Nos supracitados registros não ocorre nenhum caso de prenome formado por derivação imprópria. Contudo, há presença de alguns sobrenomes formados por esse processo morfológico: *Peroba, Rocha, Pinto, Costa, Coelho* etc. Não ocorre, no *corpus*, a formação de prenomes via processo de braquissemia. Não foi encontrado nos registros estudados nenhum caso incontestável de neologismo na formação de prenomes e/ou sobrenomes.

Ao conceber um cotejo geral entre características da antroponímia baiana atual (expressa, por exemplo, a partir de um *corpus* que é objeto de estudo no *Projeto Todos os nomes*, constituído por 3.986 nomes próprios, correspondentes ao total de candidatos aprovados no processo seletivo para ingresso na Universidade Federal da Bahia – UFBA – no ano de 2005) e a antroponímia registrada no século XIX, fica evidente o caráter da mudança. Percebe-se isso,

e.g., ao se observar que outrora não aparecerem com freqüência nomes de pessoas que atualmente são vistos como clássicos, como tradicionais. Destarte, com o próprio passar dos tempos, a condição de um nome ser neológico ou uma forma tradicional sofre mudança, em virtude de poder se solidificar (ou não) no contexto social e lingüístico dos falantes. O sistema antroponímico do passado (pelo menos até o século XIX) era muito mais fechado que na contemporaneidade, não havendo espaço considerável para inovações.

Observando a origem dos nomes coletados, com base nos dicionários etimológicos de Nascentes e Machado, constata-se que a maioria dos antropônimos (mormente prenomes) possui étimo de origem greco-romana ou hebraica, sendo também representativos os de origem germânica.

Algo que fica aparente a partir da observação dos registros de matrimônio presentes no *corpus* é o fortíssimo processo de repetição de prenomes para a nomeação dos indivíduos. Se, na atualidade, se verifica como característica preponderante da antroponímia brasileira um forte e recorrente processo de renovação lexical, fica patente que assim não o era há 150 anos, pelo menos em plagas interioranas da Bahia. Pelo contrário: o sistema de atribuição de nomes próprios de pessoas parecia ser até muito conservador, o que é corroborado pela freqüente repetição de certos antropônimos tradicionais, como *Francisco, José, Maria, Joanna* etc. A repetição era tão constante que, observando-se linhas de parentesco nos registros de casamentos, não era raro se deparar com uma série de irmãos ou irmãs portando segundos prenomes idênticos. Tudo parece apontar para a hipótese de que o processo de criação de antropônimos através de neologia, apesar de ser bastante produtivo, é algo recente na Língua Portuguesa no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desta pesquisa sobre a antroponímia em língua portuguesa nos anos de 1856 e 1857, no território que outrora compreendia a circunscrição da *Freguesia de São Braz de Taperoá*, e que atualmente engloba as cidades de Taperoá e Nilo

Peçanha, resulta o pensamento de que seja um impulso para o estudo da onomástica portuguesa nas plagas da chamada *Costa do dendê*.

Um enfoque lingüístico de cunho científico na análise dos nomes próprios de pessoas propicia, sem dúvidas, uma ampliação do conhecimento a respeito de multifacetados fatores característicos de um povo, de sua história e de sua cultura. De grande valia para o que foi apresentado neste artigo, – pois comunga da idéia de que os registros paroquiais são fontes seriais básicas para o estudo histórico-demográfico da família e da realidade social de um povo –, é a seguinte assertiva de Maria Luiza Marcílio, em estudo intitulado *O casamento e a família na demografia brasileira*:

Duas espécies de dados fundamentam o conhecimento da população no passado: os dados diretos contemporâneos, ou seja, os recenseamentos demográficos de todo tipo e os dados diretos correntes, isto é, as formas antigas de registro civil (feitos pela Igreja). [...]

O progresso decisivo da demografia histórica a partir dos anos 50 deu-se pela exploração de registros paroquiais, essas ‘massas adormecidas’, como costumava chamá-las Pierre Goubert. A criação de uma demografia histórica moderna deveu-se à utilização serial dos registros paroquiais, a serviço não do particular, do factual, do exótico, mas das coletividades.

Pelo registro corrente dos batizados, dos casamentos e dos sepultamentos, a cristandade englobou, pela primeira vez, o movimento de totalidade da população. Trata-se agora de registrar todos os homens, dos poderosos aos oprimidos, dos senhores aos escravos, dos úteis aos menos úteis, desde que entrem na vida e em seu ciclo vital, no momento em que passam pelo contrato solene do casamento, que os levam à transmissão da vida e, enfim, à anotação de seu último momento na terra, por ocasião de sua morte.

(MARCÍLIO, 1984, p. 36-37)

Espera-se, portanto, que este artigo represente uma contribuição para o estudo histórico de Taperoá, de seu povo e de sua cultura, tendo em mente que a antroponímia de uma localidade sempre será contundente para a percepção de traços sociais, históricos, lingüísticos.

REFERÊNCIAS

BASÍLIO, Margarida (2004). *Formação e classe de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo (1998). As ciências do léxico. In: OLIVEIRA, Ana Maria Pinto Pires; ISQUERDO, Maria Aparecida Negri (Org.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Editora da UFMS. p. 13-22.

BOURIN, Monique (2001). La escritura del nombre propio y la aparición de una antroponimización de muchos elementos en Europa occidental (siglos XI e XII). In: CHRISTIN, Anne-Marie. (Org.). **El nombre propio: su escritura y significado a través de la historia en diferentes culturas**. Barcelona: Gedisa. p. 193-212.

CÂMARA JR., Joaquim Mattoso (1979). *História e estrutura da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Padrão.

CASTRO, Ivo (2002). O lingüista e a fixação da norma. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGÜÍSTICA, Porto, 2002. *Actas...* Lisboa: APL. p. 11-24.

CASTRO, Ivo (2004). A atribuição do nome próprio no espaço luso-brasileiro. In: AGRELO, Ana Isabel Boullón. (Ed.), *Novi te ex nomine. Estudos filológicos oferecidos ao Prof. Dr. Dieter Kremer*. A Corunha: Fundación Pedro Barrié de La Maza. p. 245-256.

CLAUDINO, Salvato (1996). *Dicionário de nomes próprios*. São Paulo: Thirê. In: <<http://www.certidao.com.br/cartorios/antroponimia.php>>. Acesso: 12 de novembro de 2008.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral (1992). *Toponímia e antroponímia no Brasil: Coletânea de estudos*. 3. ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH/USP.

MARCÍLIO, Maria Luiza (1984). O casamento e a família na demografia histórica. *Cadernos Ceru*. São Paulo, n. 19, p. 36-37.

MONTEIRO, José Lemos (2002). *Morfologia portuguesa*. 4. ed. rev. e ampliada. Campinas: Pontes.

PIEL, Joseph-Maria (1989). *Estudos de lingüística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: IN-CM.

PINHEIRO, Osmar (1989). *Taperoá: minha terra, minha gente e sua política*. Salvador: Contemp.

ULLMANN, Stephen (1987). *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 5. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.